



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CRIANÇAS NO HIP HOP: PROBLEMATIZANDO IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL, LINGUAGEM E LUDICIDADE NA VIVÊNCIA DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA URBANA E DE PERIFERIA.

Nara Maria Forte Diogo Rocha

Universidade Federal do Ceará

naradiogo@hotmail.com

O presente texto visa pensar sobre a participação de crianças no Hip Hop, compreendendo este movimento como um espaço educativo informal, que por não fazer parte historicamente das formas culturais produzidas para a criança, desperta questionamentos a respeito dos sentidos atribuídos pela criança à sua participação no movimento. Questiono como as crianças reelaboram referenciais identitários étnico-raciais através de sua participação no Hip Hop, reproduzindo e colocando em circulação sentidos que borram as dualidades postas pela sociedade contemporânea (criança/adulto, preto/branco) e que podem funcionar como reinvenções identitárias ou como manutenção das identidades postas contemporaneamente.

1 Hip Hop, Identidade Étnico-racial e Crianças

Desde os anos 80, de acordo com Dayrell (2005), o Hip Hop configura-se como um sistema simbólico que referencia práticas identitárias juvenis, e suspeito que o interesse das crianças por esta prática coloca em cheque as concepções dos adultos sobre o universo infantil. As crianças, neste ponto, quando aparecem na literatura sobre este tema estão dissolvidas na categoria “criança e adolescente”, configurando, como diriam Hillesheim e Cruz (2009) aquela população em situação de risco ou que passam a significar o próprio risco. O Hip Hop surge como um movimento cultural sem organização, sem representantes e sem metas, ressignificando o espaço da rua, dando nova potência à palavra e fazendo uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

leitura crítica da realidade. Ganha as ruas dos guetos negros do bairro do Bronx em Nova York, nos anos 70, articulando as manifestações do Break, dança de rua, do Grafitti, pinturas e artes gráficas em locais visíveis na cidade e o RAP - rythm and poetry, expressão musical através de letras de forte cunho político. Novaes (2002) contudo afirma que essas origens não são consenso e que discussões sobre os inícios questionam identidades nacionais ou importadas, afirmando a Diáspora Africana e não os Estados Unidos como o berço do Hip Hop. Assim, a questão étnico/racial está presente e é tematizada pelo Hip Hop desde sua constituição. Leal (2007) em texto que traz o discurso de vários representantes do movimento enfatiza a criação do Hip Hop pelos negros e os conceitos negros que estão na sua base. O fato de que o hip hop visa “beneficiar as quatro raças através do respeito e da sabedoria” (LEAL, 2007, p.370) não é evidente que esta articulação seja pacífica: o rapper branco aparece em algumas falas significando o medo de que o hip hop seja desapropriado dos negros como foi o rock e o jazz. É sabido que o pertencimento étnico-racial é construído (COSTA, 2007; CABRAL 2007). Sendo o Hip Hop um campo pedagógico informal, proporciona a quem dele participa experiências de formação que vão no sentido de tal pertencimento. É relevante problematizar o modo como as crianças articulam significados sobre identidade étnico-racial mediante sua vivência no Hip Hop e o que nos dizem elas sobre a questão étnico-racial dentro deste contexto.

Os estudos sobre Identidade e Hip Hop tem como pano de fundo a questão geracional e dizem respeito ora à Identidade Cultural ora Identidade Étnico-Racial . Dutra (2006) traz o conceito de hibridização de Canclini (1995) discutindo a identidade cultural a partir de suas análises sobre a globalização e o consumo, bem como a partir de Hall (2003) com o conceito e Identidade diaspórica, ou seja, fundada não na busca de origens, mas na rearticulação de novas informações. Com o fim da colonização, a tensão traduziu-se entre os processos assimétricos que opõem e conflitam local e global. Esse processo estaria bem exemplificado para Dutra (2006) no rap paulista, que expressa questões locais fazendo uso desta linguagem, que também ganha a sonoridade local.

Weller (2002) investigou a respeito da música, identidade e experiências discriminatórias em jovens de São Paulo e Berlim, tendo considerado que as experiências migratórias da família de um dos investigados, a segregação e a discriminação vividas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

possibilitaram a articulação de novas formas de coletividade, organizando uma experiência geracional como se lê a seguir:

“Como componente central da orientação geracional dos grupos paulistanos e berlinenses destaca-se a relação de suas práticas estéticomusicais a uma revolução, que no entanto, não deve ser entendida como uma revolução social ou política mas como uma revolução cultural e juvenil, ou seja, como forma de contestação específica do grupo geracional ao qual pertencem. O hip hop é visto como uma “potencialidade” ou como um dom natural único e exclusivo dessa geração: “nós já nascemos dentro dessa onda” argumenta um jovem. Sendo assim, o hip hop passa a ser visto como uma revolução cultural levada a cabo por jovens que pertencem não somente à mesma geração, mas que compartilham também um mesmo extrato de experiências (Art der Erlebnisschichtung) como diria Mannheim (vide 1964b:536).” (Weller, 2002, p. 11)

Destaco aqui o “ter nascido dentro desta onda”, que significa que o contato com estas experiências já existia antes da juventude. É a este contato anterior à visibilidade juvenil que se focaliza neste estudo, compreendendo claro que a “onda geracional” dos jovens que ministram as oficinas é diferente daquela das crianças que dela participam.

Para Cunha Jr. (2003) o Hip Hop é a síntese radical de uma produção cultural de base africana que traz novas análises propositivas do real através da denúncia do racismo. É inovador como estética de manifestação política. “O Hip Hop expressa uma identidade afrodescendente sem falar de negro e de raça.(CUNHA Jr., 2003)”, ou seja, a identidade étnica expressa sai da dualidade e da oposição negro/branco, sendo simplesmente afirmativa das vivências e dos modos de pensar a realidade negra. Parece uma via de (re)invenção do ser a qual buscava Fanon (2008). A identidade étnico-racial de crianças é tematizada em Dalla Zen e Kaercher (2011) através da leitura das crianças sobre livros infantis que representam de forma positiva o negro, como novas mediações. Cabral (2007) investigou a identidade étnico-racial em contexto lúdico e evidencia o fenótipo como fator de exclusão e o silenciamento da criança negra, bem como crianças negras que assumiram papéis de liderança e de resistência. O contexto lúdico livre facilitou a elaboração de referenciais identitários étnico-raciais. E o que o contexto do Hip Hop favorece? O que significa a criança participar do Hip Hop? Hip Hop é brincadeira para criança? Pode-se pensar nesta participação como produção de cultura, de reinvenção de si mesmo?

A análise das dimensões relacional e referencial da Identidade possibilitam a compreensão da localização e dos movimentos do sujeito para além das descrições. É



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

necessário avançar na direção das perspectivas relacionais sob pena de se perder os sujeitos na escotomização de suas dimensões e de invisibilizar o outro pólo da relação, tido como “dominador” que permanece não problematizado, não questionado e invisível (vide estudos sobre a branquitude e o branqueamento, Carone, 2002).

2 O Hip Hop como campo pedagógico informal e o lugar das crianças

Como fazer artístico o Hip Hop causa controvérsia, havendo aqueles que defendem fervorosamente seu valor estético e aqueles que o consideram como lixo cultural. Como prática educativa, porém, seu valor já vem sendo reconhecido. Para Cunha Jr. (2003) “Hip Hop é uma posse de conhecimentos operando com elementos de matriz africana, nos territórios urbanos de maioria afrodescendente.” Salles (2004) entende o rapper como um narrador benjaminiano, capaz de recuperar a capacidade de narrar experiências. Estas experiências e sua forma de narrar tem caráter pedagógico e assim o Hip Hop articula um campo educativo não formal. De acordo com Trilla (2003), estas práticas são destinadas àqueles em situação de risco ou de conflito com o meio social, caracterizando-se pela presença de educadores em ambientes não-formais de educação, visando a prevenção deste risco e a inserção social. Estas práticas, embora não sejam opostas à educação formal, adquirem um caráter complementar e muitas vezes substitutivo àquela, já que são compostas por muitos daqueles excluídos do sistema de ensino formal, onde já não encontram respostas às suas necessidades e anseios. Messias (2008) estudou o Hip Hop como prática de educação não-formal analisando dinâmicas identitárias e campos ideológicos, entrevistando crianças que freqüentavam aulas de rap em comunidades pobres. A pesquisa contudo era sobre juventude e Hip Hop na cidade de Salvador. Considerou que o rap produz esperança, solidariedade, auto-estima e discussão sobre os problemas enfrentados pela população pobre, o que ajuda na compreensão a respeito da adesão a esta prática.

Não entendo que as crianças participem do Hip Hop do mesmo modo que os jovens, e busco pela peculiaridade de sua participação. Há aqui um tensionamento apontado por Sarmiento (2005) entre as culturas da infância e dos adultos. A participação da criança



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pertence sempre ao universo lúdico? Ou, como pergunta Kramer (2008): “é possível trabalhar com crianças sem abrir espaço para brincadeiras, sem permitir ou saber brincar?” (p. 170). A peculiaridade da construção infantil pela qual pergunto acontece no espaço dialógico que o fazer do Hip Hop proporciona. Atentar para a Identidade sob o prisma da Metamorfose (Ciampa, 2001) significa compreendê-la como movimentos de manutenção e de transformação, de negação e de afirmação, propiciando uma visão mais complexa, envolvendo produto e processo.

3 Identidade Étnico-Racial como um campo relacional

Entrar no campo das relações étnico-raciais exige pensar sobre a questão da igualdade e diferença, que faz parte da pauta dos assuntos contemporâneos, dando início a esclarecimentos sobre do que se trata e o que se quer com a educação das relações étnico-raciais na escola. Para Carone (2002), porém, ‘igualdade e diferença’ não constitui tema novo, mas surge em diversos momentos da história da humanidade. Munanga (2003) identifica que a interação com o Ameríndio, pela colonização, inicia o processo de classificação das diferenças humanas que vai desembocar nos conceitos de raça.

Ao mesmo tempo em que se produziam estas formas de classificação, a busca pela igualdade de acordo com Carone (2002), foi potencializando-se a partir da ética cristã, da filosofia humanista, do iluminismo e do marxismo, aparecendo, porém, como nivelamento de necessidades e apagamento de diferenças, justificando-se nos discursos de supremacia entre as raças, sendo a Escola um dos lugares onde estas práticas eram aplicadas. Este modo de busca pela igualdade arrefece com a ascensão do capitalismo e falência da experiência do comunismo. A igualdade perante a lei prossegue nas sociedades democráticas, contudo, em um sentido negativo, coibindo os atos de cerceamento da liberdade no uso dos direitos - liberdade esta positivada, configurando a antinomia entre liberdade e igualdade. O igualitarismo inicial que se traduziu em nivelamento de necessidades e homogeneização não respondeu às demandas por reconhecimento da diferença que, embora silenciadas e invisibilizadas, sempre estiveram presentes resistindo à dominação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No Brasil, de acordo com Rosemberg (1998) a classificação de cor é fluida e não determinada pela origem, possibilitando a passagem da “linha de cor”, ou seja, o fenômeno da busca e incentivo pelo “embranquecimento” através da miscigenação. Somado isto ao mito da democracia racial, difundido por importantes obras como as de Freyre (vide Casa Grande e Senzala), explica o silêncio, a invisibilidade e mesmo a resistência em tratar desta questão. Historicamente, outro fator menos problematizado, além da escravidão negra, foi a política de imigração eugenista que resultou na limitação das oportunidades ocupacionais e educacionais para os negros. Ou seja, além de não haver uma política destinada à população recém-saída da escravidão, houve uma ação afirmativa no sentido contrário, de negação de seus direitos. As elites intelectuais do início do século XIX objetivavam a extinção do negro, sendo o mestiço uma etapa intermediária no branqueamento da nação, branqueamento este baseado obviamente na naturalização das diferenças fenotípicas. Atualmente a desigualdade ainda persiste, como demonstram as comparações que evidenciam a pior condição de vida das populações negras em relação às brancas de mesmo nível de renda. Este argumento desarticula a relação que reduz a questão racial a questões econômicas.

Para Fanon (2008) não existe um problema negro. Sua obra pretende uma compreensão da relação entre o branco e o negro. Compreendendo-se a interação à luz dos estudos das relações étnico-raciais pensa-se com Costa (2007) que a condição de possibilidade da existência dos sujeitos está marcada historicamente as diferenças fenotípicas daqueles identificados como negros foram subjugadas ao modelo legitimador representado pelo fenótipo branco. Assim pode-se entender que não há problema com o negro, ou do negro, o problema se estabelece em uma relação.

Fanon (2008) dedicou especial atenção à linguagem, considerada como via de acesso à dimensão “para o outro”. Analisou a forma pela qual o colonizado relaciona-se com a forma de utilização da linguagem na colônia, atentando para as diferentes apropriações da linguagem que permitiriam diferentes formas de estar no mundo e diferentes identificações. Evidencia que o negro apresenta duas formas de estar no mundo: uma com seus semelhantes e outra com o branco. Essa cisão deveu-se às diversas teorias que aproximam o negro do animal e o distanciam da humanização representada no branco.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“Falar é assumir uma cultura e suportar o peso de uma civilização.” (Fanon, 2008, p. 33), pois a linguagem possui um mundo que lhe é implícito. O domínio da língua da metrópole pelos colonizados aparece a chave do reconhecimento e da alienação. A utilização da linguagem é realizada de forma peculiar no Hip Hop e exemplifica bem a afirmação cultural da qual fala Fanon (2008). Leal (2007) traz as falas de vários hip hoppers que ressaltam o papel de configuração da realidade a partir da linguagem, reafirmado no rap.

Para Vigotksi (2001) o elemento mais simples que exemplifica a unidade entre o pensamento e a palavra é o significado, posto que a palavra sem significado não existe, é apenas um som. O significado seria o sinônimo de generalização, e é uma formação dinâmica. Reconhecimento esta instabilidade e dinamismo e as particularidades da fala dirigida a si mesmo que o conceito de sentido se forja:

o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. (2001, p.465)

O sentido como unidade de análise proporciona, portanto o acesso a configuração subjetiva da qual participa uma coletividade. Jobim e Souza (1994) problematiza com Bakhtin a restauração do espaço do sentido como forma de devolver ao sujeito a autoria de sua palavra e o lugar de seu desejo no confronto com a realidade. O caráter dialógico deste processo é profundamente enfatizado, pois “ser é ser para o outro e por meio do outro para si próprio. O território interno de cada um não é soberano, é com o olhar do outro que nos comunicamos com nosso próprio interior”. (Jobim e Souza, 1994, p. 66).

Como demonstra Fanon (2008), porém, nem toda forma de interação social leva ao desenvolvimento. No caso do colonizado, a negação de sua linguagem, representava a negação de si mesmo. A busca de um desenvolvimento na direção do ser branco seria sempre malograda, posto que calcada na negação de si.

A interação étnico-racial, no contexto sócio-histórico do Brasil coloca para a educação um problema que precisa ser melhor examinado. Assim, diversos discursos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

atravessam a interação étnico-racial: os discursos da discriminação, do racismo, do branqueamento, da negritude, dentre outros. Em meio a tantas vozes, Fanon (2008) considera a importância de que o desejo do sujeito possa também ser enunciado.

Identidade é representação de si. Hall (2002) a define como uma “celebração móvel” que não se articula em uma coerência, mas cujas identificações em curso estão sendo continuamente deslocadas. Ciampa (2001) vai além das representações e considera que a Identidade Metamorfose, que aparece como a história de uma personagem, que é narrada pelo contador da história, pelo narrador/autor, que é, ao mesmo tempo, personagem. A história de uma personagem é vinculada a várias outras histórias. A partir da representação de si é possível chegar à análise da produção de si. Representação de si não é a representação de um papel, nem o somatório dos papéis assumidos. É a objetivação da subjetividade. Em cada momento da existência, há um aspecto da totalidade manifestando-se, um desdobramento das múltiplas possibilidades de ser. Essas possibilidades são determinadas nas relações sociais, que acontecem na atividade. Ser plenamente implica deixar de ser o que sempre foi para conseguir ser diferente e, ainda assim, o mesmo. É deixar de repor a identidade pressuposta.

A participação em movimentos políticos pode promover o movimento da identidade, mas também cristaliza-la. Ciampa (2001) ao analisar as políticas de identidade nas identidades políticas atenta para a tensão que se desenvolve entre o eu e o grupo. De acordo com Hall (2002) a identidade muda de acordo com a forma pela qual o sujeito é representado ou interpelado, em identificações que não são automáticas que são politizadas. Assim, a participação em movimentos precisa ser levada em conta na compreensão da constituição e do movimento de identidades.

4 Concepção de criança

Abordar a infância e suas vivências contemporâneas no contexto urbano trata-se de trabalho complexo, envolvendo múltiplos atores e compreensões. De acordo com Castro (2001), o lugar da infância é como marcado por um débito social e cultural, como fruto de uma sociedade referenciada no adulto. Uma aproximação da infância pobre do contexto



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

urbano evidenciaria mais um déficit advindo da situação de privação e luta pela sobrevivência enfrentadas por tais sujeitos cotidianamente. A transformação de tais concepções e de tais situações parte da discussão de uma dimensão ético-política da infância, desconstruindo a lógica da norma desenvolvimentista para afirmar a criança como sujeito, ator social, cuja ação é brincar.

A perspectiva aqui adotada distancia-se de concepções de infância como incompletude, como vir-a-ser, como dependência, privilegiando as noções que compreendem a criança como um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo (Jobim e Souza, 1994; Castro, 2001). Há uma perspectiva consolidada nos estudos da linguagem e nos estudos culturais (Kramer, 2008) que tem como principais referências as teorias de Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Este último afirma o lugar da criança como envolvida pela luta política e social, tornando importante identificar as particularidades de sua cultura. Suas brincadeiras expressam seu pertencimento a um grupo e seu ponto de vista dá novos contornos à realidade, subvertendo a aparente ordem natural das coisas. Para Sarmiento (2002) conhecer as crianças implica em conhecer a infância, que emerge como categoria geracional expressando a crise da contradição dos valores a ela atribuído pelos adultos (a dualidade do risco que ora representa ora está submetida) e do fato de lidarem com os processos de exclusão social dos quais são alvos preferenciais (vide o trabalho infantil, e a incidência da pobreza nas famílias com mais crianças).

Os pilares de uma compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos estariam assentados na igualdade perante a lei e no respeito à diferença. Assim direitos universais são garantidos e a condição peculiar de desenvolvimento respeitada. Desta concepção derivam práticas em que crianças têm papel atuante na tomada de decisão sobre os programas nos quais estão engajadas. Há o reconhecimento de sua capacidade de falar por si. Considerar o momento peculiar de desenvolvimento não significa, porém, a defesa da lógica desenvolvimentista, que justifica a tutela.

A lógica desenvolvimentista, segundo Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) se ergue sob a primazia da razão, tomando a maturidade adulta como seu ápice e os outros momentos da vida apenas como preparação ou decrepitude. O conceito bakhtiniano de Exotopia, como um excedente do olhar (Amorim, 2003), e o de Inacabamento em Freire e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Agambem (Neto e Silva 2010), pela marca do sonho e da imaginação, podem ajudar a lidar com o paradoxo que o afirmar a criança como sujeito de direitos de forma radical pode aparentar, pois o constituir-se sujeito acontece em relação. É preciso considerar, como aponta Castro (2001), a reciprocidade das dependências entre adultos e crianças – e não somente a dependência unidirecional da criança com relação ao adulto – e as faltas que nos marcam a todos, o Inacabamento, fonte de esperança e de abertura à novidade bem como a possibilidade de que o olhar do outro exceda nossas limitações. Assim, é possível reconhecer a peculiaridade de um momento da vida “partir de sua força e não do que lhe falta” (Kohan, 2008).

5 Considerações finais

As relações entre o lúdico a participação da criança não podem ser compreendidas de modo direto, sob pena de uma essencialização do ser criança, avessa às concepções histórico-culturais nas quais se ancorou a presente argumentação. Compreendendo que na brincadeira a criança apresenta sua leitura da realidade, a atividade lúdica é valorizada em si mesma e não em seu caráter instrumental, posto que o sentido do lúdico em si pressupõe a ausência de fins produtivos.

A intenção do presente texto é antes de concluir, lançar bases para que antigas questões sejam vistas por outros ângulos, por isso trata-se de uma problematização. Desta forma, toma-se a vivência das crianças no Hip Hop por meio da desnaturalização de sua participação, dando relevância para a compreensão do sentido atribuído por elas mesmas ao que fazem, bem como atentando para o modo como essa vivência movimenta sua identidade étnico-racial.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Orgs.). *Ciências humanas e pesquisa - Leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-25.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Brasília, DF, 57.1, 19 09 2006. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=11>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

KOHAN, Walter Omar. Infância e Filosofia. Sarmento, M. e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). *Estudos da infância: educação e Práticas Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CABRAL, Marcelle Arruda. Identidade étnico-racial em contexto lúdico: um jogo de cartas marcadas? (dissertação de mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

CARONE, Iray. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

JR. CUNHA, Henrique. Ver vendo, versando sem verso, escrevendo e se inscrevendo no Hip Hop. *Revista espaço acadêmico* nº31 dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31ccunha.htm>. Acesso em: 17.01.2011.

CANCLINI, N.G. O consumo serve para pensar. In: *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1995.

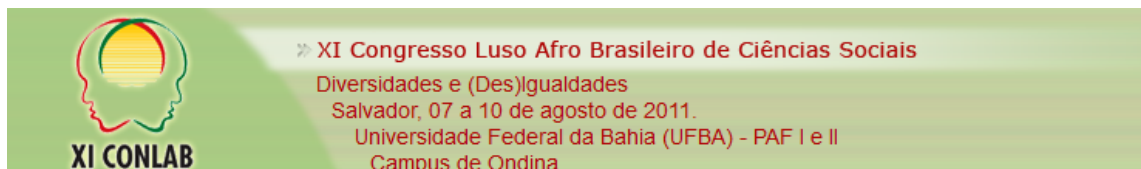
CASTRO, Lúcia Rabelo. Da invisibilidade a ação: crianças e jovens na construção da cultura. Introdução. In: CASTRO, Lúcia Rabelo. (Org.). *Crianças e jovens na construção da Cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora, FAPERJ, 2001. p.19-46.

COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues e Costa, Nelson Barros da (org.) *Modos de Brincar, Lembrar, Dizer: discursividade e subjetivação*. Fortaleza, Edições UFC, 2007

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DALLA ZEN, Maria Isabel e KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva . *Leituras De Crianças sobre a diferença Étnico-Racial*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT13-6091--Int.pdf>. Acesso em: 14.02.2011.

DUTRA, Juliana Noronha. *Rap e identidade cultural*. XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM) Brasília – 2006. Disponível



em:

http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2006/CDROM/COM/02_Com_Etno/sessao02/02COM_Etno_0202-092.pdf Acesso em: 15.02.2011

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A. 2002.

HILLESHEIM, Betina e CRUZ, Lílian Rodrigues. Risco, Vulnerabilidade e Infância: algumas aproximações. In: Cruz, Lílian Rodrigues e Guareschi, Neuza (orgs.) *Políticas públicas e Assistência Social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOBIM e SOUZA, Solange. *Infância e Linguagem: Bakthin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra barbárie. In: SARMENTO, Manuel Jacinto. *Estudos da Infância: Educação e Práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

LEAL, Sérgio José Machado. *Acorda Hip Hop!:* despertando um movimento em transformação. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf> Acesso em: 19.01.2011.

NETO, Elydio dos Santos. SILVA, Marta Regina Paulo da. *Infância, Experiência e Inacabamento: a afirmação do Sujeito Infante e a possibilidade de transver o mundo*. Disponível: em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2408--Int.pdf>. Acesso em: 12.01.2011.

NOVAES, Regina. Hip-Hop: o que há de novo? In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero na Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

ROSEMBERG, Fúvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, SP: Summus, 1998.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SALLES, Elcio. A narrativa insurgente do Hip Hop. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 24. Brasília, julho-dezembro de 2004, pp. 89-109. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/estudos/article/view/2156/1715> Acesso em: 13.02.2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 03.03.2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Imagário e culturas da infância*. 2002. Disponível em: <http://f1.grp.yahooofs.com/v1/UI16TaQloA6oGIkkJzaNiGNw4zvrTB-Osq3-8 -TCRrf2ngiieKGGHgspZ5dJR9r2zVtbw1vgBsQWC3aR9mdtXGWCVdxhm-PqOYpMZEPbMamA/textos%20da%20disciplina/Imaginario%20e%20culturas%20da%20infancia%20Sarmiento.pdf> Acesso em: 03.03.2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto; SOARES, Natalia Fernandes; TOMÁS, Catarina Almeida. *Rersearch on childhood and children as researchers: participatory methodologies of social worlds of the children*. 2009. Disponível em: <http://f1.grp.yahooofs.com/v1/UI16TaQloA6oGIkkJzaNiGNw4zvrTB-Osq3-8 -TCRrf2ngiieKGGHgspZ5dJR9r2zVtbw1vgBsQWC3aR9mdtXGWCVdxhm-PqOYpMZEPbMamA/textos%20da%20disciplina/Imaginario%20e%20culturas%20da%20infancia%20Sarmiento.pdf>. Acesso em: 03.03.2011

TRILLA, Jaume. O universo da educação social. IN: ROMANS, Mercê; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

VYGOTSKY, Lev. O Pensamento e a Palavra In: *Pensamento e Linguagem*. Lisboa: Relógio D'água editores, 2007.

WELLER, Wivian. *Práticas Culturais e Orientações Coletivas de Grupos Juvenis: um estudo comparativo entre jovens negros em São Paulo e jovens de origem turca em Berlim*. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_ST32_Weller_texto.pdf Acesso em: 15.01.2011.